

PLANEJAMENTO E GEOGRAFIA: EXEMPLOS DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Speridião Faissol *

INTRODUÇÃO: A IDÉIA DE PLANEJAMENTO

“A moderna idéia de planejamento se inicia nos primórdios do Século XIX, quando Henri Saint-Simon, inspirado por jovens engenheiros da nova Escola Politécnica de Paris, imaginava uma sociedade nova e humana, livre dos problemas do feudalismo agrário contemporâneo” (1). Com estas palavras John Friedmann dá início a um de seus *Discussion Papers*, “*Planning in Latin America: From technocratic illusion to open democracy*” um título muito provocativo, em uma série extremamente inovadora da “School of Architecture and Urban Planning” da Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA), série que se tornou tão conhecida entre os geógrafos, especialmente no Brasil, pelo seu conteúdo de discussões de questões de desenvolvimento e planejamento, especialmente regional.

Augusto Comte, que havia sido secretário de Saint-Simon, levou a idéia adiante, porém ligando o planejamento à

inevitabilidade do progresso (cujo moderno equivalente é o desenvolvimento) e dos estágios da História, que se ajustavam à sua inspiração positivista. E, segundo Comte, a razão científica guiaria a empresa humana e descobriria “leis” segundo as quais a história iria se movendo, inelutavelmente, de seus começos primitivos e mitológicos, para seu domínio final e magistral pela razão humana. Era a Ordem e o Progresso, uma ordem moral que deveria guiar o ser humano e a sociedade precisamente a esta Ordem e ao Progresso, coincidentemente o lema da bandeira brasileira, de inspiração dos republicanos positivistas que a proclamaram no Brasil.

É claro que estas leis tinham muito a ver com a filosofia evolucionista Darwiniana, traduzida para o social por Herbert Spencer, nas quais inter-relações e interdependência se conjugavam, no contexto de um habitat comum, que era forjado de forma menos competitiva internamente a este habitat, pelo próprio funcionamento do *survival of the fittest* que fazia sobreviver as espécies e os grupos sociais mais aptos e também mais homogêneos num contexto comunitário/territorial.

* Professor do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UFRJ e Presidente do Instituto Pan-Americano de Geografia e História da Organização dos Estados Americanos — OEA. *R. bras. geogr.* Rio de Janeiro, 50, n. especial, t. 2 : 85-98, 1988

E era um conceito dos que chamamos ligados à nossa civilização ocidental, cristã e paradoxalmente extremamente materialista, em termos de sua noção de progresso ou desenvolvimento e sobrevivência, materialista e elitista, pois este progresso brasileiro sempre esteve muito ligado e beneficiando aos objetivos de uma população minoritária.

W. W. Rostow — em seu manifesto não comunista —, nas suas famosas etapas do desenvolvimento econômico, colocou estes postulados em termos de uma sucessão de etapas do desenvolvimento econômico, a partir da fase pré-industrial até a que ele denominava de pós-afluente (a hoje chamada alta tecnologia) e que marcaram muito o pensamento econômico e desenvolvimentista da década de 50 e até na de 60, como se fossem os inelutáveis estágios do processo de desenvolvimento, moldados à maneira ocidental (1a).

Mesmo Marx era um racionalista científico, como observa Friedmann, e acreditava nas *laws of motion* históricas, que levavam sempre para cima, apesar de dialeticamente, em direção de um mais abrangente domínio da história, pela razão humana. Tanto, diz Friedmann, que a implementação da Revolução de 1917 em que se baseou na construção da nova sociedade, que ela previa, era dirigida através de séries de planos quinquenais que se interpenetravam (1) p. 2.

A linha Saint-Simon/Augusto Comte se constituiu no Positivismo, que reverberou por todo o século, e também na Geografia entre outras áreas de conhecimento, se prolongando até a primeira metade do presente século — Positivismo e Utilitarismo —, *le réel, le précis et l'utile* que, juntos, formaram a base de uma prolongada tradição científica, ocupando um papel preponderante na Geografia. De sua linha filosófica derivou o conceito de Geografia — uma ciência empírica e de observação, *le réel e le précis* —, mais factual que teórica, preocupada mais com lugares que com espaço, idiográfica e não nomotética. Mas preocupada em mostrar espaços homogêneos, úteis no processo de planejamento.

E esta linha filosófica ainda é forte, embora desafiada e superada pelas novas tendências da Geografia, a partir, principalmente, da década de 60.

Comte supunha que o plano era simplesmente a tradução das inevitabilidades históricas em termos programáticos — as leis de coexistência e de sucessão do Darwinismo social, que governam a Sociedade (e que segundo ele são invariáveis); enquanto Marx acrescentava a dimensão classes a esta crença na cientificidade do planejamento, com o bem comum a partir não das *raison d'état* de Comte mas da própria classe operária; enquanto Lenine colocava os objetivos nas mãos da vanguarda do Partido Comunista "that would speak in the name of the proletariat, or to the state, tout court, which now was in working class hands" (1) p. 2; portanto também elitista, importante de se constatar.

Isto quer dizer que a idéia de planejamento cruzava fronteiras ideológicas, tanto no sentido de sistemas de governo (democráticos ou autoritários), como no sentido de sistemas econômicos (capitalistas ou socialistas), embora objetivos e premissas fossem naturalmente diferentes. Provavelmente nunca se procurou fazer um planejamento sem que ele procurasse interpretar os interesses nacionais — às vezes explicitamente do povo, às vezes da Nação —. A questão crucial sempre foi como interpretar estes interesses e em que medida os mesmos (Povo e Nação) são realmente interpretados.

Esta origem do Planejamento não guardava nenhuma ligação com a Geografia, pois tinha fundamentos de Engenharia social e em termos conceituais era até mais sociológica que econômica. A abrangência territorial era nacional, sem preocupação com o subnacional.

A despeito disso — quer dizer, de uma concepção estritamente social do planejamento —, em um país das dimensões continentais e com as disparidades de desenvolvimento em nível regional como as que se observam no Brasil — ainda que se queira vê-las, apenas, em sua dimensão vertical/social — Geografia e Planejamento são atividades científicas que, necessariamente, se complementam e se processam muito paralelamente, pois que um dos objetivos do planejamento acabaria por ser, naturalmente, a diminuição dos desníveis regionais, talvez colocados ao nível de bem-estar das comunidades. O planejamento tinha apenas o sentido utilitário de facilitar a sobrevivên-

cia do mais apto, seguindo a linha positivista/evolucionista.

A idéia de planejamento, de uma maneira ou de outra, está sempre presente quando se formulam — ainda que de uma forma muito vaga e até abstrata — o que se costuma chamar de objetivos nacionais, para usar um jargão consagrado na Escola Superior de Guerra. Da mesma forma, Planos de Governo, sejam esboçados em campanhas políticas ou encomendados a especialistas — os exemplos no Brasil são numerosos e seria desnecessário mencioná-los, por isso mesmo constituem formas de planejamento. Mas a idéia de planejamento, em face dos poderosos movimentos que sempre defenderam as chamadas “forças do mercado”, começa a se restringir — especialmente no caso do planejamento regional — e emerge com uma ênfase mais em regiões historicamente definidas do que em regiões funcionais, que significa a mobilização política de populações regionais como protagonistas do processo, portanto, com mais ênfase política e territorial, como observa Friedmann (2).

O ponto que Friedmann ressalta é que estas regiões historicamente definidas — que o sistema capitalista procura subordinar à lógica do mercado — são capazes e, somente elas, de oferecer uma resistência a estas forças e “promover a sua identidade distinta, social e cultural, em termos de um espaço da vida para sua população” (2) p. 3. A questão da identidade foi a chave para uma evolução do regionalismo para o que se denominou o imperativo territorial, uma espécie de lugar de nascimento, mais território que região.

Mas de uma forma ou de outra o planejamento regional da década de 50 e 60, de um modo geral, falhou em incorporar uma dimensão política e, como salienta Friedmann, mais particularmente a dimensão de uma “política de lugares” (diferente da noção absoluta de lugar da concepção Newtoniana/Kantiana da escola idiográfica) que é capaz de incorporar aqueles valores do “espaço da vida” de que ela fala sempre. Faissol chama a atenção para a necessidade de uma aliança com a cidade, no planejamento regional, mas a cidade/município, que só ela tem poder político (2a).

A questão fundamental que se coloca, ainda no plano nacional — e este é um ponto crítico no Brasil —, ou em países em desenvolvimento, em geral, é, como sugerimos acima:

a) que objetivos nacionais são esses, quem são os seus autores, e/ou quem os formula?

b) serão objetivos da sociedade como um todo? (*raison d'état*?) quem interpreta estes anseios e objetivos? E ainda assim em que contexto global?

A linha nacionalista, mais preocupada com a “Nação”, estabelecia para ela objetivos globais, sem necessária vinculação nem com o real interesse nacional, ou com partes deste todo nacional.

A idéia do Brasil Grande tinha muito a ver com ser a oitava economia do mundo, uma *raison d'état*, mas não tinha a ver, necessariamente, com diminuição dos desníveis sociais e intranacionais de desenvolvimento.

c) seriam grupos de pressão, organizados em torno de questões específicas, mais ou menos cartorialistas?

Augusto Comte colocava a questão, como dissemos, em termos de *raison d'état*; o interesse nacional entendido coletivamente, num momento histórico em que dominavam os países algumas aristocracias ou elites sociais ou econômicas e mesmo culturais, que interpretavam estas razões a seu modo. E formulavam os seus objetivos nacionais.

Estas questões são relevantes e têm sido muito discutidas no contexto da elaboração constitucional brasileira recente; ao longo deste processo se assistiu a uma variada movimentação de forças políticas, econômicas, dentre outras, pois ali, na Constituição recém-votada, estão e estavam para ser codificados estes objetivos, ainda que não sob este título. E embora não se discutisse a idéia de planejamento em si mesma (alguns críticos têm sugerido que a atual Constituição relegou o Planejamento, por considerá-lo uma forma autoritária), os objetivos a atingir foram intensamente discutidos. O Preâmbulo da Constituição recém-votada é de uma clareza de objetivos e até de uma beleza literária extraordinárias.

E aí parece-nos necessário uma incursão pela própria significação do planejamento, como um processo de ordena-

ção e priorização de etapas, na vida nacional.

Geografia e Planejamento surgem, precisamente, no momento em que pensamos que, em paralelo, estes objetivos nacionais podem incluir um ordenamento territorial, unia diminuição das disparidades sociais e regionais; este tem sido um elemento permanente nas formulações de objetivos e de planos de Governo, no discurso da sociedade, em geral, e muito claro na presente Constituição.

Mas planejamento não significa — pelo menos não deve significar — imposição de cima para baixo de formas de comportamento e de normatização do processo econômico e social; é bem verdade que, como com muita freqüência o planejamento esteve muito associado ao planejamento do desenvolvimento regional, ele acabava por se constituir em processos de tentativa de transferências de renda de uma região para outra; pela vontade política clara de uma região que pressiona a sociedade e transforma os seus pleitos em decisão política nacional, nem sempre com a completa aquiescência da outra região; entretanto, como salienta Friedmann (3), como este planejamento seguia uma linha de “importação de crescimento econômico... integrando regiões e localidades em uma rede global de relações econômicas em bases de desigualdade...”, a despeito de persistentes esforços, a periferia permaneceu periferia; e, em mais casos, o *income gap* aumentou. Esta poderia bem ser uma descrição da história do planejamento do desenvolvimento regional do Nordeste, onde a completa aquiescência da outra região tem sido uma dura disputa política e econômica.

A sugestão de Friedmann, na linha de um processo democrático, é a de que “it would have to rest directly on the power of the people mobilized for a life in common, in both their life spaces and place of work. This may be stated more succinctly. If the state is to respond effectively to their needs, people must first reclaim their sovereign power by revitalizing the political community in which they live. Implied is a restructuring of institutions in the direction of self-management and greater autonomy” (3a) p. 13. Ainda aí a Reforma Tributária que a nova Constituição aprovou, revelou uma união forte entre os estados interessa-

dos, de um lado, e outros estados e o Poder Federal, de outro.

Neste contexto é importante destacar a noção de lugar/território, diferente do conceito clássico Newtoniano, e com um sentido de uma área ocupada com uma população, dotada de um sentido de identidade (talvez o chamado imperativo territorial), portanto, com uma conotação político/democrática clara, de vez esta população gera anseios e aspirações de qualidade de vida que são um importante elemento no planejamento.

Em termos de América Latina em geral e Brasil em particular é preciso observar que muitos países retornaram ao Poder Civil — e, embora as democracias resultantes ainda sejam fracas e instáveis, elas têm, segundo observa Friedmann, “tremendas oportunidades de ultrapassar as condições de crise estrutural com que elas se defrontam” (1) p. 23.

Esta concepção torna o planejamento mais complexo, mas ainda de acordo com Friedmann não significa que planejamento “in the sense of linking knowledge to action in the public domain should be abandoned. It does mean that we have to reconceive planning, to fit it to our new understandings of what is knowledge and who are the genuine actors struggling with the common problems that face national societies in a world of close interdependence and uneven relations of power” (1) e p. 4 e (3a).

Este último aspecto faz ressaltar um outro fato historicamente importante, o da mobilização da sociedade civil, particularmente os setores populares de que falou Friedmann (1) e (3a) e Manuel Castells (4). Castells discute desde o movimento cidadão de Madrid, ou exemplos semelhantes em Lima, México e Santiago, ou até mesmo a comunidade *gay* de San Francisco, no contexto de uma capacidade organizadora desta mesma comunidade.

Esta concepção coloca, ainda, uma ênfase muito grande no processo espacial/territorial, pois que a autonomia da comunidade tem uma componente espacial/territorial fundamental e esta componente ressalta a posição do Geógrafo, o especialista na análise de relações sociais e estruturas espaciais.

O objetivo deste estudo é, por isso e precisamente, o de discutir o planejamento e o papel da Geografia nele, em

tese e mais especificamente no Brasil. O Geógrafo, pela sua própria preocupação com as estruturas espaciais, tem mais fortemente a percepção da idéia da equidade social e territorial, pois ela está presente na própria concepção de um hipotético modelo de equilíbrio espacial.

É claro que esta posição é ideológica e ligada não só a uma filosofia não positivista, como a uma reflexão sobre a natureza do trabalho do Geógrafo, necessariamente voltado para questões de relevância social, a equidade regional/territorial e a eficiência social, portanto, a um planejamento voltado para o que Friedmann denominou espaço da vida e não para o espaço econômico, que privilegia funções do tipo otimização do lucro ou da eficiência econômica, em geral.

No contexto desta posição ideológica rejeita-se a tese capitalista de que o funcionamento irrestrito do mercado tende a alocar os recursos de forma otimizada e, para isso, para atingir elevados índices de crescimento econômico, é indispensável que haja desigualdades sociais e regionais, supostas de curto prazo.

A Geografia é particularmente importante para a compreensão da eficiência social, de mais longo prazo, até porque as estruturas espaciais são dotadas de uma certa inércia que as torna processos de longo prazo.

Por isso mesmo começaremos com uma discussão das relações entre Geografia e Planejamento, de uma certa forma sobre o papel do Geógrafo no Planejamento, onde a questão ideológica — embutida na idéia de que a organização do espaço é regida por processos espaciais — se contrapõe à idéia de que relações sociais e estruturas espaciais são componentes de uma mesma história. Doreen Massey coloca o problema: "Space is a social construct — yes. But social relations are also constructed over space, and that makes a difference" (5) p. 12.

Esta discussão do social espacial constituiu um dos elementos de maior controvérsia, como voltaremos a ver mais adiante, pois tem evoluído desde a fase determinista, pela via da explicação do social e político através do territorial/espacial, até ao movimento quantitativo, da década de 60/70, que deu origem ao que Harvey chamou de "fetichismo espacial" — a tentativa, como já sugerimos,

de descobrir leis e processos espaciais que descrevam, autonomamente, o padrão espacial — e ao movimento radical marxista e neomarxista, que colocava o determinismo do social ou até mesmo das superestruturas de Althusser e Levi Strauss, que desprezavam o espacial ou simplesmente o consideravam como um subconceito do social.

É que, às vezes, se procura examinar e discutir o conteúdo da forma, no sentido de, como diz Andre Sayer, "space makes a difference, but only in terms of the particular causal powers and liabilities constituting it", o que quer dizer que "matter always necessarily has spatial extension and spatial relations only exist through objects" (6) p. 52.

Mas se, por um lado, esta questão do espacial/territorial não ficou resolvida na Geografia, na área do Planejamento — mais pragmática, talvez — a questão territorial, principalmente, era facilmente percebida, quando não por razões de ordem conceitual, certamente por razões de ordem político-administrativa.

O planejamento sempre se fez em órbitas distintas de poder político — portanto, a nível de Estados — ainda que pensado como planejamento nacional ou regional.

Por isso passamos à consideração das relações e das dimensões territorial e espacial do Planejamento.

A DIMENSÃO TERRITORIAL E ESPACIAL NO PLANEJAMENTO

A literatura relativa ao planejamento regional no mundo é abundante e não caberia nos limites deste estudo uma revisão desta literatura.

Mas parece importante discutir, ainda que sucintamente, a questão nacional — subnacional, bem como a questão espacial/territorial, já esboçada no item anterior, em suas conotações conceituais e ideológicas.

Por muito tempo o debate interno na Geografia girava em torno do conceito de espaço e espacial, na boa tradição positivista, seja teorizando sobre o único e excepcional — onde geógrafos do porte de Richard Hartshorne produziam

vasta literatura a respeito, dominando a Geografia da década de 40 e 50; em geral na tentativa de formulação de leis genéricas — os processos espaciais —, que tentavam explicar as formas espaciais pela via única da operação de processos espaciais. Hartshorne colocava o problema do que isto significava, que a construção de teoria se fazia pela via de generalizações empíricas (7).

Um dos expoentes da tese do empirismo, Carl Sauer, em seu clássico *Morphology of Landscape* afirma que a Geografia se baseia em “um sistema puramente evidencial, sem preconceitos sobre o significado de sua evidência” à procura apenas das “conexões entre os fenômenos “dentro da paisagem visível, sem a preocupação de alguma causalidade oculta, apenas o *réel* (8). Sauer dizia, explicitamente, que:

— “Geography is first of all knowledge gained by observation, that one orders by reflection and reinspection the things been looking at, and that from what one has experienced by intimate sight come comparison and synthesis ...”, citado por David Harvey (9). Na realidade esta concepção — o único e o excepcional — ressaltava a questão do lugar *versus* espaço — e aí os processos sociais conjuntos davam lugar a uma situação única a processos sociais que, na verdade, não tinham vez e estavam embutidos na idéia de lugar ou quem sabe *pays*.

A reação quantitativa foi tanto no sentido de maior precisão e rigor científico, como também na questão de resgatar o espacial num contexto de construção de teoria espacial e com ela uma identidade para a Geografia.

É ainda Doreen Massey que observa que “What had happened in this combination of the rush for positivism and the need for an identity in the institutionalized academic division of labour was that geographers and geography had made some astonishing claims — that there was a world of the purely spatial, spatial laws devoid of substance or content, and spatial processes it was possible to wrench out of their social context” (5) p. 11. O que não significava, para ela, que o espaço fosse, por outro lado, despedido de qualquer significação, pois ela sugere que até o Capital, que usualmente é concebido como não espacial, evolui

num sentido multilocacional, o “que era parte e parcela do crescimento das grandes firmas; e era, também, parte da extensão das hierarquias de administração e controle” (5) p. 15.

Porque o espaço faz diferença, mas em verdade é inseparável do contexto social e todas as tentativas de separar as duas coisas deram em fetichismo espacial ou social.

Parte da discussão girava em torno do próprio caráter da Geografia, empiricista e idiográfica, ou teorizante e nomotética.

Michael Dacey, um dos expoentes da revolução quantitativa, já observava este fato quando, ao tentar explicar distribuições espaciais como tal, mesmo pela via de modelos probabilísticos locais, verificava que a matriz explicativa da distribuição podia ter sua origem em diferentes modelos (Poisson tradicional ou Poisson modificado, significando uma distribuição aleatória de pontos, ou de uma distribuição binomial negativa, que é explicada por um processo gerador de natureza epidemiológica); isto o levava a declarar que estas tentativas não conseguiam explicar o processo espacial, mas apenas descrevê-lo de forma aproximada (10).

Uma ampla variedade de modelos de natureza epidemiológica procurava explicar — mas apenas conseguia descrever um padrão espacial — desde os modelos do tipo Monte Carlo, introduzidos por Torsten Hagerstrand (11), ou os chamados *K-color*, que descreviam os desvios de uma distribuição aleatória, contidos em uma distribuição observada e gerados por processo de contigüidade, de natureza epidemiológica. No fundo estava-se constatando que a questão fundamental na Geografia era a que sugeria que os eventos, no espaço, continham uma colinearidade espacial intrínseca e necessária à própria condição de geográficos, como sugeria Peter Gould (12), enquanto os modelos estatísticos partiam de uma hipótese igualmente necessária de independência de uma observação em relação a outras, a chamada independência estatística. Esta questão deriva do fato de que:

— a essência da análise geográfica é espacial e territorial, e com isto os efeitos de contigüidade são básicos e, neste caso, a distância física é uma medida fundamental;

— mas a essência dos fenômenos que estamos estudando é social, e neste caso a distância crítica é a distância social, ambas medidas em métricas diferentes. A adoção de métodos estatísticos de análise teve, entre outros, o mérito de resgatar a compreensão de certos aspectos intocados da análise geográfica — a representatividade de um conjunto de observações entre outras que o empiricismo puro deixava ao sabor do estudo de casos — de um lado, e as inter-relações entre variáveis que o método cartográfico deixava em uma forma muito imprecisa.

Ora, se planejamento pode ser visto como a manipulação de variáveis críticas, para se obter em determinados efeitos e resultados, (a engenharia social de Comte?), como compatibilizar esta visão da Geografia, com esta visão de planejamento? O resultado é que a participação do Geógrafo era sempre consultiva, para observar e descrever uma determinada realidade fisicamente palpável.

Foi John Friedmann, principalmente, e entre outros Walther Sthor, que começaram a argumentar que antes de mais nada havia uma comunidade, gerada por processos de identidade cultural e territorial; e que esta era a principal base de organização do espaço e que esta mesma organização do espaço tinha uma componente política — que, na realidade, tinha uma dimensão político-territorial — e não necessariamente apenas espacial no sentido convencional. Aí estava se passando de uma maior ênfase espacial/regional, para uma ênfase territorial, que não elimina o conceito de espacial, mas coloca o problema político no centro do problema planejamento e desenvolvimento regional. Porque o processo de desenvolvimento é um processo de tomada de decisão, eminentemente político e com base territorial administrativa.

É no plano político que se faz a junção dos interesses das pessoas, grupos sociais e áreas de qualquer tipo. Tanto que Friedmann coloca a questão de que "Planning cannot be separated from politics. The belief in a objectively neutral planning on scientific methodologies is a dangerous illusion" (2) p. 12; inclusive porque nem a ciência social, nem os processos de planejamento podem ser neutros, simplesmente porque o homem não é neutro, nem os processos sociais podem ser vistos como mecanicistas.

Esta visão é suplementada pela concepção de Sergio Bittar de que a volta à democracia deve se apoiar mais e mais em governos locais, com descentralização regional e setorial (13). Afinal é preciso não se esquecer das origens comunitárias da democracia grega.

Esta discussão provinha do fato de que as origens do processo de planejamento não eram democráticas (o *raison d'état* não era democrático, como já havíamos sugerido), e o recente processo democrático, principalmente na América Latina, tornava necessária uma revisão na forma de formular os planos, e era neste campo que a questão territorial surgia (é bem verdade que surgiu também na União Soviética, sob a forma de "Complexos Territoriais de Produção", como processos de descentralização estratégica e não como processo político-democrático).

As intensas discussões teóricas e conceituais que se desenvolveram no contexto das disputas positivista/humanista/marxista/estruturalista sobre as várias formas de interação espaço/sociedade, algumas das quais já foram sugeridas no início, provavelmente abriram caminho para uma volta a alguns conceitos ultrapassados; dentre eles o de *pays* reinterpretando de Vidal de La Blache, que se ajustam de alguma forma aos conceitos de territorialidade — o imperativo territorial dos etologistas —, junto com o chamado *sense of place* dos humanistas de Heidegger, Yi-fu-Tuan e Anne Buttimer; e, finalmente, com as noções de *kinship* dos culturalistas africanos e dos sociólogos e antropólogos mexicanos do grupo do Prof. Leopoldo Zea que, em conjunto, fazem emergir, forte, a idéia de uma identidade territorial, unificadora, politicamente importante, capaz de poder implantar um processo reivindicatório, que estabeleça as bases de planejamentos regionais/territoriais fundados na equidade social (2a).

Mas a idéia da territorialidade vai mais longe, pois de um lado ela procura a identidade regional, a ser cristalizada, como sugere Vartiainen (14) em conceitos de cooperação e individualidade quase que a um nível comunitário, que forma bases de integração territorial, mas ao mesmo tempo adquire um conteúdo mais democrático e participativo.

A questão é que Vartiainen opta por um conceito Marxista de territorialidade,

como base para mobilização social, enquanto Castells sugeria que esta mobilização fosse classista, embora comunitária. Vartiainen justifica o conceito com a idéia de que existem relações mútuas entre os interesses da comunidade (interesses regionais em sentido lato) e interesses de classe, na linha de que classe não é um conceito aespacial e que a apropriação do espaço reflete uma tensão social. Mas é ainda Vartiainen que admite que ao nível de Nação-Estado o assunto torna-se limitado pela tensão entre o nacional e o internacional. Segundo Harvey (15) esta é uma brecha significativa no pensamento Marxista e aberta por Lenin que admitia o conflito de interesses de classe e nacionais. Vartiainen toca neste assunto quando diz que a "homogenization of class structures typical of modern capitalism, and at the same time the emergence of new strategic relations, marking the disappearance of the traditional clearly defined labour movement as the principal or only agency for radical change" (14). Afinal ou os interesses são classistas e transcendem os interesses comunitários e territoriais de qualquer tipo, ou existem interesses que são comunitários e transcendem os interesses de classe.

O interesse territorial — que na União Soviética foi colocado sob a forma do que geógrafos e economistas soviéticos chamaram de "Complexos Territoriais de Produção" — acabava por consolidar os interesses parciais de grupos sociais, embora a base política do processo fosse uma descentralização estratégica de carácter macro-político, portanto, decidida de cima para baixo; este quadro, por sua vez, reforçou a idéia da consideração da questão territorial no processo de desenvolvimento regional, pois que ali estava o Poder político regional/local e uma identidade de interesse que, transcendendo o social — fosse a classe ou uma subpopulação qualquer — fundisse estes interesses com os de uma unidade territorial, político-administrativa. Ainda no caso da União Soviética havia que se considerar a forte heterogeneidade até étnica — com reflexos políticos que a unidade do Partido Comunista não permitia que aflorassem e a descentralização econômica reforçava a unidade política.

Em termos de pensamento geográfico esta questão é importante pois a linha

Marxista (Neomarxista) defende a idéia de que os vários níveis espaciais funcionam apenas como arenas separadas para a luta internacional de classes, sem ter, portanto, nenhum interesse ou significação própria além da de intermediários estratégicos (14), p. 122-123, enquanto que o sistema capitalista, politicamente mais aberto, contemplava interesses subnacionais, portanto, espaciais e territoriais.

A questão do território, que discutimos, até agora, ao nível teórico, ao nível do pragmático coloca de forma muito clara, de um lado a questão da equidade territorial, seja vista de cima para baixo ou de baixo para cima; de outro lado coloca as questões de identidade e autonomia, que muito freqüentemente levam a questões de separatismo, ou pelo menos de revisão total ou parcial da divisão político-administrativa de um dado país.

Isto tem ocorrido no Brasil, com alguma freqüência, pela via das reivindicações de maior parcela de poder decisório e em muitos casos de emancipação política, tanto de municípios a partir de distritos, como de determinadas parcelas do Território que desejam se transformar em novos estados.

A Constituição, recentemente votada no Brasil, transformou em Estados os Territórios de Amapá e Roraima (acabando com a figura do Território Federal), criou o Estado do Tocantins e não aprovou a criação de outros, entre os quais o do Triângulo Mineiro.

Sem querer entrar no mérito destas questões ou de quaisquer outras do mesmo tipo, procuramos em outro estudo mostrar que o pano de fundo destas reivindicações era de um lado mais poder de decisão política e de outro lado maior alocação de recursos a estas áreas. Ambas estas reivindicações — sem que haja (ou tivesse havido, como houve) uma importante Reforma Tributária na nova Constituição que assegure os recursos, sem necessidade de novas unidades federadas, — teriam caído no vazio, pois simplesmente aumentava o número de pedintes, sem poder real político.

No que se refere à participação no processo de decisão política, a forma que o processo eleitoral tomou, na atual Constituição, não deixa margem a uma disper-

são do poder político eleitoral, pois mantém a representação ao nível do Estado como um todo, e não de áreas específicas menores, que um sistema de distritos eleitorais terá permitido. Ao nível da alocação de recursos, a Reforma Tributária avançou até o município (é bom lembrar que cerca de 80% ou mais dos municípios brasileiros são economicamente inviáveis), mas ao nível do poder político o Legislativo Federal (como os estaduais) ficou em nível global do estado, sem maior descentralização.

Nesta questão da relevância e significado do território há até (e ainda) uma questão semântico-conceitual, ligada ao significado alemão do conceito (*Raum*) que tem um conteúdo de recursos que o liga à Geopolítica do Território (no caso alemão da década de 30, com conotações extremamente distorcidas), enquanto a expressão inglesa (*Space*) carrega o sentido de uma dimensão do processo social. Mas o sentido apenas semântico precisa ser analisado para ver se ele carrega um sentido conceitual diferente e qual o verdadeiramente geográfico. A linha do territorial sugere que (e os etologistas desenvolveram muito este conceito) existe um imperativo territorial que une o indivíduo ao seu lugar (de residência, de nascimento); será que o *pays* de Vidal de La Blache era isto e o conceito não tendo sido explicitado desta forma, (embora pareça agora implícito, pelo menos) precisa ser recuperado sob novo enfoque? Esta é uma importante área de reflexão atual, que liga Geografia ao Planejamento, e tem relevância para um país como o Brasil.

A comunidade que os evolucionistas definiram tinha de um lado o significado de uma dimensão territorial; e de outro lado tinha a dimensão do processo de sobrevivência do mais apto, que operava num contexto territorial em que a competição seletiva se processava, homogeneizando o habitat pela via desta mesma competição seletiva, habitat que bem poderia ser o *pays* de Vidal de la Blache.

No Brasil a idéia de manter a unidade nacional estava sempre ligada a diminuir desigualdades sociais e regionais e, por isso, os planos de Governo logo passaram a conter uma dimensão espacial, como procuraremos discutir em seguida.

Por isso nos parece importante examinar a experiência brasileira.

AS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS DE PLANEJAMENTO, INCLUSIVE REGIONAL E O PAPEL DA GEOGRAFIA E DO GEÓGRAFO

No Brasil o fato de existir um Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com um Departamento de Geografia próprio, tem tido enorme importância no papel que a Geografia tem desempenhado no processo de planejamento. Isto ocorreu em várias instâncias e situações.

A primeira se deu porque sendo o IBGE o órgão central de estatística, coube à sua ala geográfica produzir e padronizar uma divisão regional para fins de divulgação de dados estatísticos, já na década de 40; esta divulgação de dados estatísticos já trazia embutida a idéia de dados para o planejamento. Dados que iam das Macrorregiões às chamadas zonas fisiográficas, agregados de municípios. Posteriormente, na década de 60, este sistema foi revisto, mas já agora com a filiação do IBGE ao Ministério do Planejamento, com uma clara conotação de uma utilidade ostensiva ou não para o planejamento. A esta divisão em Microrregiões Homogêneas se seguiu outras nas chamadas Regiões Funcionais Urbanas, que formalmente seguiam uma linha conceitual da multiplicidade do conceito de região, mas, na verdade, foram muito usadas em várias entidades para fins de planejamento de localização de serviços de vários tipos. Obviamente estas divisões são dinâmicas e sujeitas a revisões periódicas, da mesma forma que algumas outras precisam ir sendo definidas, para fins específicos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD foi uma delas, pois deveria ter sido definida (mas não foi) segundo a escala de generalização de uma pesquisa com amostra pequena e fundamentalmente diferente do Censo. Simultaneamente com a questão das Divisões Regionais — a primeira divisão, em Macrorregiões, foi aprovada, por decreto, para ser usada de forma universal no Brasil. O IBGE — o Conselho Nacional de Geografia —, pela lei Geográfica do Estado Novo, o Decreto-Lei n.º 311, era encarregado da padronização de nomes

geográficos e de definição de condições mínimas para criação de municípios. Vale dizer, o IBGE se inseria nas questões da Divisão Territorial do Brasil, — obviamente uma questão central no processo de planejamento —, com uma posição de certa forma normativa.

Aqui parece relevante ressaltar que a doutrina de planejamento do período pós Guerra, como salienta Friedmann, (2) destacava o conceito de região funcional, aí seja no sentido de microrregiões homogêneas ou funcionais, como foi o caso brasileiro, segundo critérios definidos a nível de Governo, como agências do planejamento. Mas a doutrina econômica que presidia o planejamento era "a eficiência alocativa", vista por uma autoridade de fora da região e esta eficiência alocativa se baseava na *supply side economics*, que, ainda segundo Friedmann, vitimou tanto o planejamento como as políticas regionais, transformando-as em planejamento e política de regiões, como se fossem desvinculadas do todo nacional.

A criação dos Territórios Federais no período Vargas passou por estudos no Conselho Nacional de Geografia, da mesma forma que a questão do Tocantins nos primórdios da década de 40 (quando a idéia de ocupação de espaços vazios dominava muitos círculos militares e intelectuais; mais tarde numerosas revisões ou estudos para tal, até os mais recentes que levaram à criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Vários estudos foram publicados na Revista Brasileira de Geografia, não só discutindo a questão sob um ângulo teórico (ver estudo de Fábio Macedo Soares Guimarães sobre problemas de delimitação) como outros defendendo uma ampla revisão da Divisão Territorial (por exemplo, artigo de Antonio Teixeira Guerra, na mesma Revista).

Mas merece mencionar uma série de estudos e conferências de Mário Augusto Teixeira de Freitas — considerado um dos fundadores do próprio IBGE — que advogava uma revisão completa da própria Federação, investindo contra os estados (portanto, contra a idéia da Federação), considerados nocivos à própria estabilidade política nacional. Voltaremos à questão da revisão territorial mais adiante, no contexto das questões mais recentes, mas é importante ressaltar que estas investidas contra a Federação eram muito típicas de Estados fortes (tipo Estado

Novo), que implicavam em Estado central forte.

Um outro aspecto importante a considerar, em função da inserção do IBGE primeiro na própria Presidência da República, a seguir no Ministério do Planejamento que, por sua vez, acabou se constituindo em Secretaria da Presidência da República, colocava o Instituto e, com ele a Geografia, numa certa medida, muito próximos, ambos, dos centros de poder no Brasil. E quando se elaborou a Constituição de 1946, com o dispositivo que consagrava a velha aspiração de localizar a Capital Federal no Planalto Central, ao IBGE coube uma participação muito intensa, através de sua área geográfica, nos estudos que levaram à escolha do local da Nova Capital.

Esta participação, entretanto, se dividiu em duas partes:

A primeira foi orientada pelo Prof. Francis Ruellan e partiu de uma seleção dada de oito sítios para localização da Nova Capital, apenas com o objetivo de fornecer informações sobre estas áreas e, mais particularmente, sobre a existência de sítios adequados à construção de uma cidade capital. Em termos de planejamento este grupo estava mais preocupado com as questões do planejamento físico de uma cidade e muito pouco com o problema nacional de localizar uma capital para o país.

A segunda, orientada pelos Profs. Leo Waibel e Fábio Macedo Soares Guimarães, embora se preocupasse com os possíveis sítios, estava mais voltada para a posição da Nova Capital no contexto nacional. Este grupo estava voltado para a questão nacional de quais as funções de uma Nova Capital, qual o seu papel no processo de desenvolvimento econômico, social e principalmente político do país. Apoiado, ainda, na filosofia positivista de uma verdade a ser descoberta e, de forma neutra, em relação a contextos sociais particulares, este grupo se munia tanto da concepção do real, do certo e do preciso na acepção Comtiana — a tentativa de perceber uma realidade empírica no campo —, como da outra igualmente, Comtiana do útil, que era, em suma, a aplicação do tecnológico para melhoria das condições de existência. Como estes preceitos estavam apoiados no sistema capitalista como a ordem moral prevalente, a visão que o grupo adotava era a de uma conexão com o Núcleo

básico brasileiro, sem a qual a Nova Capital correria o risco de perder o contato com a realidade nacional, que era precisamente este Centro-sul. E não foi sem razão que este grupo optou por uma solução Triângulo Mineiro (o sítio ideal se localizava perto de Tupaciguara, numa *dale* de um dos afluentes do rio Paranai-ba. Ali se encontrava um sítio de amplas dimensões, próximo a uma área de terras férteis que daria apoio de abastecimento à população da Nova Capital).

É preciso não esquecer que o Prof. Leo Waibel, o orientador científico do grupo, além de ser um profissional de uma inteligência e uma capacidade científica extraordinárias, era um fiel discípulo de Von Thunnen e procurou inserir a Nova Capital num dos anéis não remotos da cidade e área central de São Paulo.

Tivessem os estudos acima sido realizados no período revolucionário (como o foram os relativos às regiões metropolitanas do Brasil) e esta solução provavelmente teria prevalecido, dada a sua conotação mais eficientista; naquela época, em seguida à Constituinte de 1946, o processo político estava em pleno desenvolvimento, e o Congresso, ao discutir a questão, optou por uma solução menos eficientista que a tecnocrática lhe oferecia, a solução da atual localização de Brasília, fruto de um compromisso entre as bancadas do Centro-Sul e Nordeste, as primeiras optando pela solução Triângulo e as segundas optando por uma solução Chapada dos Veadeiros, ainda mais ao norte.

Passada esta fase, quando o Brasil entra na etapa de Planos Nacionais de Desenvolvimento, dos quais o Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek foi o mais conhecido, inclusive por seus efeitos e pelo fato de ter se constituído de um plano elaborado e executado em período de normalidade democrática, entrou-se no período recente da Revolução de 1964, quando devido às transformações por que foi passando o país, a questão urbana foi se tornando crítica, e a consciência de uma tentativa de ordenamento do processo foi surgindo na comunidade científica e tecnocrática brasileira.

Na verdade, esta percepção do urbano datava de uns anos antes, pela via de análises regionais que foram sendo conduzidas pelo IBGE e pelo IPEA — que culminaram com a elaboração do modelo

de regiões homogêneas feito pelo Departamento de Geografia do IBGE, e pelo de regiões funcionais urbanas, que embora também elaborado pelo Departamento de Geografia do IBGE baseava-se numa pesquisa especial feita em Convênio IBGE/IPEA, através de um questionário distribuído às agências de coleta do próprio IBGE. E que foi revista, ampliada e refeita em 1978, aí isoladamente pelo IBGE.

Mas no que se relaciona ao planejamento, de um lado os planos nacionais — elaborados a partir de visões mais ou menos nacionalistas, mas, mais ainda de visões de eficiência global — (os nacionalistas no período Geisel, se procuravam alcançar a meta do Brasil Grande, por outro lado, precisamente, por esta razão, apoiavam-se em pressupostos de eficiência econômica para alcançar o objetivo mais rapidamente) — procuravam ver o país alcançar etapas importantes do processo de substituição de importação e transformações estruturais, para não perder o “Último trem para Paris”; de outro lado, as preocupações com o urbano permitiram o debate entre as teses de eficiência econômica global e as questões da eficiência social e equidade territorial, na formulação de objetivos da política de desenvolvimento urbano e regional. Ambas apareciam nos planos nacionais de desenvolvimento da década de 70.

Esta foi a fase quantitativa da Geografia brasileira, em que por várias razões os economistas (inclusive e especialmente os regionalistas) do IPEA, e que começavam a assumir uma preponderância tecnocrática no Brasil — tecnocrática e eficientista — mais contactos tiveram com os geógrafos do IBGE, produzindo, assim, numerosos estudos que foram incorporados aos planos sucessivos de desenvolvimento.

É curioso observar que a criação da SUDENE — que respondia a uma ótica social de equidade regional — ainda no período Juscelino e galgada à condição de posição ministerial no período João Goulart, teve seus principais mentores intelectuais cassados pela Revolução e seus planos e autonomia sensivelmente reduzidos no período revolucionário, porque a ótica governamental retornava a uma visão global do processo e por uma visão do começo de uma fase mais internacionalizante.

A solução SUDENE era, como sugeria a sabedoria convencional da época, CEPALINA, com bases em incentivos fiscais, isto é, industrialização incentivada e com mercados protegidos. Esta política, especialmente em seus primeiros passos, em que se buscavam projetos de qualquer tipo desde que se localizassem no Nordeste, ensejou numerosas circunstâncias de uso inadequado, porque a extensão dos benefícios fiscais mascarava a futura viabilidade econômica do projeto. E o projeto SUDENE se baseava numa concepção regional, tendo a região concebida como unidade independente, fora de um contexto nacional.

Na administração Costa e Silva, que havia colocado um General nordestino — o General Albuquerque Lima, — oriundo dos programas contra as secas do Nordeste, (no pensamento militar a disputa nacionalismo *versus* internacionalização da economia existia da mesma forma que na sociedade civil e se refletia em concepções do tipo transferências de renda da região mais desenvolvida para a menos desenvolvida, portanto, uma lógica de equidade e justiça social), teve que afastá-lo porque suas convicções regionalistas o distanciavam do modelo de crescimento global adotado segundo a ótica eficientista. Estas posições eram simultaneamente regionalistas e nacionalistas, porque defendiam óticas semelhantes no plano nacional e internacional, embora nelas houvessem algumas profundas contradições, em que a ótica nacionalista visualizava o Brasil como um todo — uma pátria rica e poderosa —, que não era compatível com a existência dos bolsões de pobreza absoluta, especialmente no Nordeste.

Mas a despeito do projeto eficientista de crescimento global e de internacionalização da economia, pela via do processo de modernização — que fazia o “o país vai bem mas o povo vai mal” do Presidente Médici, o discurso oficial pregava a diminuição da pobreza e dos desníveis sociais e regionais, mas não inseria recursos significativos para implementar o discurso.

Não contava a pregação do equilíbrio regional dos Geógrafos e de muitos políticos nordestinos (mesmo porque numerosos destes geógrafos já estavam aceitando os postulados neoclássicos, pela via da teoria da difusão e modernização), porque o modelo neoclássico eficientista

estava elevando o Brasil à posição de oitava economia do mundo, que aplacava os nacionalistas com a antevisão do Brasil Grande.

Assim surgia o II Plano Nacional de Desenvolvimento — onde a participação de Geógrafos no equacionamento dos problemas urbanos foi crescentemente importante — a ponto de que a mensagem do Presidente Médici, criando as Regiões Metropolitanas, teve sua minuta preparada no IBGE e sua introdução fazia menção explícita aos estudos do IBGE na identificação dos problemas urbano-metropolitanos.

É curioso observar que, a partir do momento em que a própria Secretaria de Planejamento da Presidência da República foi se tornando, no Governo Figueiredo, uma administradora das conjunturas que se iam apresentando, perdendo muito de sua função planejadora, a Geografia, no IBGE (e de uma certa forma, no Brasil), foi perdendo terreno, inclusive no plano acadêmico.

Os Geógrafos, que sempre foram um tanto avessos ao interdisciplinar e até mesmo ao multidisciplinar — sempre tem havido importantes exceções — quando a Geografia no IBGE foi perdendo significado nas suas relações com o Planejamento, no fim da década de 70, ao se sentirem um tanto esvaziados, procuraram repensar os modelos de pesquisa até então em voga, e refluir mais para o isolamento. A volta a uma nova e extensa fase de trabalho de campo significa a volta a terrenos próprios e não reivindicados por outros grupos profissionais, mas provavelmente a uma exacerbação espacialista, “fetichista” como diria Harvey, mas destituída de sentido social.

Esta tem sido uma fase de reflexão, é bem verdade, mas de muitas incertezas, não só conceituais, mas também ideológicas, com muitos deles procurando refúgio nas teses marxistas e neomarxistas, quem sabe como uma forma de assumir uma posição acadêmica, que por si só assegurasse uma identidade, ainda que mais ideológica que profissional.

É curioso ressaltar, entretanto, que esta tendência neomarxista não é compatível com a pesquisa de campo cujo ressurgimento se observa, pois que esta visão marxista é positivista e empiricista num sentido pragmático, e de certa forma idiográfica.

Mas muitos outros estão procurando o território, que é algo concreto com que todos podem lidar, sem precisar recorrer a conceitos abstratos e de difícil percepção fora da comunidade geográfica.

Friedmann, Sthor, Storper todos têm ressaltado o papel do conceito de território no processo de planejamento, principalmente quando eles atribuem uma parcela importante ao esquema de poder político que dê suporte ao planejamento, ao conjunto de decisões que ele implica.

Como Friedmann opera muito ao nível global e, por isso mesmo, político, as suas posições são sempre genéricas, com algumas exceções, uma das quais aparece em recente trabalho seu relativo à própria questão na América Latina em geral (1).

Friedmann sugere que o estabelecimento da CEPAL (1953) teve um papel extremamente importante, através de seus esquemas de programação de investimentos, que se baseavam na concepção de que crescimento econômico era igual a desenvolvimento, que por sua vez era identificado com industrialização, baseada em mercados protegidos. E é ainda Friedmann quem descreve que "a industrialização, por seu turno, seria planejada, primariamente, através do uso da relação capital/produto, que ajudaria a

traduzir seus requisitos setoriais em objetivos macroeconômicos" p. 7.

Isto traduzido em um modelo teórico se chamava teoria da modernização, que em última instância advogava a idéia de aplicar modelos e processos, na América Latina, que estavam operando nos países mais desenvolvidos. Sem se preocupar com o fato de estarmos na América Latina e não na Europa Ocidental ou Estados Unidos.

A crítica de Friedmann, logo a seguir em seu documento, foi a de que "the greatest concern was with the evident failure of trickle down mechanisms, as the number of the world's poor was dramatically increasing, becoming more visible in the urban areas" p. 10.

Com este fracasso o Banco Mundial entra em cena para introduzir o programa de promoção de exportações, que havia sido aparentemente bem sucedido nos quatro exemplos de outro — Coréia do Sul, Hong-Kong, Taiwan e Singapura — que em muitos países estava associado à necessidade de gerar excedentes de moedas fortes para fazer face ao serviço da dívida externa pesada.


SPERIDIÃO FAISSOL

BIBLIOGRAFIA

- 1 — FRIEDMANN, John. Planning in Latin America: from technocratic illusion to open democracy. *Discussion Paper, B8612*, School of Architecture and Urban Planning, University of California, Los Angeles, July, 1986, 34 p.
- 1a — ROSTOW, W. W. — The stages of economic growth: a non-comunist manifesto, Cambridge, Mass. Harvard University Press, 1961.
- 2 — FRIEDMANN, John e Yvon Forest — The politics of place: towards a political economy of territorial planning. *Discussion Paper, D 853*, School of Architecture and Urban Planning, University of California, Los Angeles, 28 pps. 1986.
- 2a — FAISSOL, Speridião. Ver discussão do assunto em *Espaço, Território, Sociedade e Desenvolvimento Brasileiro*, em vias de publicação, IBGE, 1988.
- 3 — FRIEDMANN, John. *From Knowledge to action: the dialectics of planning*, Princeton, N. J. Princeton University Press.
- 3a — ————. *Life Space and Economic Space: contradictions in regional development. Discussion Paper, n. 158*, School of Architecture and Urban Planning. University of California, Los Angeles, 1981.
- 4 — CASTELLS, Manuel. *La ciudad y las masas. Sociología de los movimientos sociales urbanos*. Tradução para o espanhol de "The city and The Grassroots", Alianza Editorial, Madrid, 1986. 567 p.
- 5 — MASSEY, Doreen. *New directions in Space*. In: *Social relations and spatial structures*. Ed. by Derek Gregory e John Urry. London. The Mac Millan Education, 1985, 440 p.

- 6 — SAYER, Andrew. The difference that space makes. In: *Social relations and spatial structures*. Ed. by Derek Gregory and John Urry. London. The Mac Millan Education, 1985, 440 p., p. 49-6.
- 7 — HARTSHORNE, Richard. *Perspectives on the nature of Geography*. Published by the Association of American Geographers, 1959, 201 p., cap. 10.
- 8 — SAUER, Carl. *Morphology of Landscape*. University of California. Berkley.
- 9 — HARVEY, David. *Explanation in Geography*. London. Edward Arnold Publishers, 1969, 521 p.
- 10 — DACEY, Michael. A probability model fro central place locations. In: *Annals of the Association of American Geographers*, LVI, n. 4, december 1966, p. 550-568.
- 11 — HAGERSTRAND, Torsten. Diffusion as a spatial process.
- 12 — GOULD, Peter. The present and future of Geography as a Human Science. In: *Geoforum, Special Issue*, Pergamon Press, vol. 16, n. 2. p. 99-108.
- 13 — BITTAR, Sergio. The nature of the Latin American Crisis. In: *Cepal Review*. 27, december, p. 159-164.
- 14 — VARTIAINEN, P. The strategy of territorial integration in regional development: defining territoriality. In: *Geoforum*, vol. 18, n.1, Londres, 1987, p. 117-126.
- 15 — HARVEY. David. *The limits of capital*. The University of Chicago Press, 1982, 478 p.